

## RECENSÕES BIBLIOGRÁFICAS

**Manuel Pedro Ferreira, *Porto 714, um manuscrito precioso*, Porto, Campo das Letras, 2001.**

Embora não seja inédita, a publicação de partituras fac-similadas (seja por razões práticas de comodidade e economia, seja pela sua pertinência musicológica e importância para a «performance practice») ocupa um espaço reduzido no âmbito da edição musical em Portugal, já de si bastante frágil e amiúde pontual e intermitente. No que diz respeito aos fac-símiles é possível citar, quase ao acaso, as *Obras para Piano*, de Bomtempo, a partir das edições originais (*Portugaliae Musicae*, 1980), o *Método de Piano Op.19* do mesmo compositor pelas edições do antigo IPPC (1979), o *Libro di Tocate per Cembalo*, de Domenico Scarlatti, pertencente ao Fundo do Conde Redondo (Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991) ou o primeiro ano de tiragem do *Jornal de Modinhas* (Biblioteca Nacional, 1996). A lista está longe de ser exaustiva, mas também não seria muito mais longa. Todos estes exemplos se referem a obras relativamente tardias e a maior parte diz respeito ao repertório português, tendo portanto (embora não necessariamente) uma projecção principalmente nacional. Neste contexto, a edição fac-similada do manuscrito 714 da Biblioteca Pública Municipal do Porto (abreviadamente Porto 714), uma das mais importantes fontes musicais do século XV, constitui um acontecimento singular, revestindo-se da maior pertinência,

quer pelo valor da fonte em causa, quer pela sua dimensão e interesse internacional. Editado pela Campo das Letras (coleção Campo da Música) com o apoio da Porto 2001-Casa da Música, o livro *Porto 714, um Manuscrito Precioso*, apresenta a reprodução fac-similada da totalidade do manuscrito, acompanhada por um estudo crítico de grande rigor e profundidade musicológica da autoria de Manuel Pedro Ferreira. A edição é bilingue, em português e inglês (com tradução de Ivan Moody), e apresenta uma belíssima concepção gráfica.

O manuscrito Porto 714 é um códice pergamináceo copiado provavelmente em Ferrara, cerca de 1465. Até aos inícios do século XVIII permaneceu em Itália, altura em que teria sido adquirido pelo Cantor Mor de Santa Cruz de Coimbra (Diogo de Góis Lara de Andrade). Desde 1834 que se guarda, como muitos outros manuscritos de Santa Cruz, na biblioteca portuense. Com duas partes claramente distintas, este pequeno livro inclui dois tratados de teoria musical (um deles versa a solmização, os tons e modos do canto litúrgico monódico e o outro debruça-se sobre a notação mensural da música polifónica, constituindo uma expansão do célebre opúsculo *Libellus cantus mensurabilis*, de Jehan de Murs) e um cancionero polifónico com dezanove peças em francês e italiano, das quais nove são exclusivamente transmitidas por este manuscrito. A maior parte inclui a menção aos respectivos autores, nomeadamente Robertus e Galfridus

de Anglia, John Bedyngham, Guillaume Dufay e Gilles Joye. A colecção de canções é assim complementada com toda a teoria musical necessária à formação de um cantor, incluindo as bases do solfejo praticado na época (solmização).

Conforme sublinha Manuel Pedro Ferreira trata-se de «uma importante fonte para a canção polifónica em francês e italiano», sendo especialmente valiosa «para o conhecimento e correcta edição da obra de Dufay e de vários compositores ingleses seus contemporâneos, tanto pela inclusão de peças únicas, como pelo cuidado com que essas, e outras, peças foram copiadas» (p. 8). O reconhecimento da importância desta fonte não é, no entanto, um dado recente, tendo sido objecto de uma atenção mais detalhada a partir dos anos 50, por musicólogos como Heinrich Bessler, Manfred Bukofzer, Willi Apel ou Bernhard Meier, seguidos, posteriormente, por David Fallows e Nino Pirrotta, entre outros. Face à crescente apreciação do valor do códice, o responsável pela presente publicação propõe-se assim «impulsionar tanto o seu estudo científico como o seu uso prático por parte de conjuntos dedicados à música antiga» (p. 8).

A introdução que precede o fac-símile propriamente dito (reproduzido com grande qualidade pela Campo das Letras e detentor de grande legibilidade em termos de notação) fornece uma apresentação geral do seu conteúdo, seguindo-se uma segunda parte dedicada a aspectos mais específicos dos tratados teóricos. Além de fazer um ponto da situação bastante exaustivo em relação à bibliografia existente, directa e

indirectamente relacionada com o tema, Ferreira fornece-nos também as suas reflexões e conclusões sobre a natureza do códice e confronta-o com outras fontes históricas. Efectua igualmente um conclusivo resumo sobre as tentativas de datação e localização da proveniência do manuscrito e a sua descrição codicológica. No entanto, para além da constatação de que este teria pertencido ao Cantor Mor de Santa Cruz não se questiona, provavelmente por falta de dados, em que circunstâncias este teria ido parar às mãos do referido cónego ou se o intuito da sua aquisição teria sido o mero gosto pelo coleccionismo ou uma função mais prática (o que parece pouco provável face à data tardia da aquisição).

Ao contrário dos estudos anteriores, que dão grande importância ao cancionero e relativamente pouca atenção aos tratados, Manuel Pedro Ferreira debruça-se com bastante detalhe sobre estes últimos. O tratado sobre música mensural baseia-se apenas indirectamente em Jean de Murs (algo que, no livro da Campo das Letras, só fica claro depois de avançado o texto), derivando de forma mais imediata da *Declaratio Musicae Disciplinæ* (ca. 1430-1435), de Ugolino de Orvieto (ca. 1380-1457), como David Fallows já havia indicado – o terceiro dos cinco volumes da imponente obra de Ugolino inclui uma versão glosada do *Libellus* de Murs.

Estamos, portanto, em presença de textos derivados em primeira e segunda mão de tratados conhecidos, mas que têm especial interesse «não só por incluírem algum material original, mas também pelas condensações, paráfrases e cortes a que, na sua

redação, foi sujeito o texto de Ugolino que lhe serviu de modelo.» O Porto 714 propõe-nos assim resumos pedagógicamente orientados pelo que o seu confronto com o original tem, deste modo, «muito a revelar sobre os destinatários da versão abreviada e sobre as prioridades pedagógicas e intelectuais associadas à prática musical no século XV» (p.11-12). Na secção intitulada «Alguns aspectos particulares» Ferreira dá, porém, uma atenção bastante mais minuciosa ao «Tratado de Cantochão» (p.20-28), quer em termos de espaço quer na profundidade do tratamento, do que ao «Tratado de Música Mensural» (p. 28-30).

Quanto ao cancionero, efectua uma descrição das suas características e conteúdo, referindo aspectos atípicos ou distintivos – notação negra e vermelha, a mistura de composições em francês e italiano, o peso dos autores ingleses, o cuidado com o alinhamento do texto sobre a música, etc. –, identifica os géneros (*rondeaux*, *virelais*, *ballate*) e os compositores, acompanhando-os de breves notas biográficas. Ferreira identificou também duas das peças que aparecem sem menção de autor e que pertencem respectivamente a Dufay e Jean Le Grant.

Nas páginas 15 e 16 um Quadro extremamente útil indica-nos as concordâncias musicais com outras fontes e as edições modernas disponíveis. Todas as canções com a excepção de «Poy che cruel fortuna», de Gilles Joye, foram publicadas modernamente. No entanto, elas encontram-se dispersas por edições muito diversas, que não serão muito acessíveis em Portugal, não existindo nenhuma que contemple a totalidade

do cancionero. Sendo assim, teria sido pertinente que esta fosse incluída num segundo volume. O próprio autor faz questão de salientar que «o fac-símile não substitui as edições publicadas» (p.19) – há textos incompletos, corrupção linguística, etc. – e que «o exame do manuscrito permite, em certos pontos, fundamentar soluções alternativas, talvez mais pertinentes» (p.8).

Por outro lado, para além do seu alcance musicológico, a presente publicação tem como objectivo o «uso prático por parte de conjuntos dedicados à música antiga». Numa situação ideal – de resto, cada vez mais frequente – uma nova edição moderna poderia eventualmente dispensar-se, mas ela seria particularmente útil no panorama português, permitindo assim uma divulgação mais ampla e uma acessibilidade das peças do cancionero a um leque maior de intérpretes e não apenas aos que possuem conhecimentos paleográficos e musicológicos especializados. Tudo indica que ela venha, contudo, a ver a luz dia no futuro, o mesmo sucedendo com a gravação das obras, que está a ser preparada pelo agrupamento Vozes Alfonsinas, dirigido pelo autor.

*Cristina Fernandes*